

## AS RENDAS DE CASA (ou "A LEI QUE NÃO VAI SAIR")

Vale a pena discutir uma lei que não tem possibilidade de ver a luz do dia nos próximos meses, já que a X Legislatura está terminando os seus trabalhos e um projecto de lei caduca com o mandato dos deputados que o depositaram? É minha convicção de que vale a pena porque à volta de uma questão bem concreta se desenham algumas das referências ideológicas da sociedade portuguesa.

Logo a primeira questão que se põe é a do direito à habitação dos indivíduos e das famílias.

### Fundação Cuidar o Futuro

Não está esse direito implícito na própria noção de família? - Ou será que alguns dos portugueses, saturados das suas residências luxuosas, adquiriram, com a compra da tenda de campismo, o gosto pela vida nómada e que vamos ter de novo um povo de Viziatos a guardar rebanhos??

Não está esse direito implícito nas garantias e direitos individuais? - Ou será que estamos tão seduzidos pelas novas gerações e tão <sup>//</sup> "compreensivos" pelo seu tédio com toda a sociedade de que aceitamos as pontes como tetos e achamos legítimo que todos "ocupem" os edifícios abandonados??

Apesar do tom em que escrevo, o problema é sério. Porque,

contrariamente ao que um certo conceito do homem e das leis que o regem nos quer fazer crer, a lei, hoje, não pode ser já uma elaboração abstracta (te-lo-é sido alguma vez? ou será que aceitámos como normal que a lei retificasse a situação de privilégio dos mais favorecidos??). Quem legisla, legisla para alguém, para grupos bem concretos de pessoas com suas características próprias - e se essas características são enaltecidas e referidas quando se trata do substractum ético-religioso de um povo porque não hão-de ser respeitadas quando se trata das suas condições socio-económicas?

Tudo isto para dizer que se o direito à habitação carece de exercício de facto para meio milhão de famílias na sociedade portuguesa, qualquer medida legislativa que ignore esta realidade é uma violação a esse mesmo direito.

Perante a situação de tão grande sector da população (cerca de 22% das famílias do continente!) a prioridade legislativa deve necessariamente ir ao encontro da carência fundamental em que essas famílias se encontram.

Não ignoro a situação dos senhorios que viram "desvalorizar-se" a propriedade que possuem. Mas o direito à habitação de todos é superior à salvaguarda do rendimento da propriedade de alguns. E se se impõem medidas que atendam à condição económica presente de tal camada de proprietários, com maioria de

razão se impõem as que dêem a cada pessoa um lugar para viver.

## Para uma futura social da propriedade

Não é fácil resolver o problema da habitação para uma população cujo leque de salários é o mais amplo de toda a Europa. Impõem-se sem dúvida uma intervenção estatal que defina uma política de habitação (e é de esperar essa política do esforço conjugado de vários departamentos de Estado entre os quais avulta a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo) e ponha em prática as medidas necessárias para a sua execução.

A definição de tal política levantará obstáculos fáceis de prever. Invocará alguns o secrossante direito à propriedade... e omitir-se-á que esse direito sem limites só pertence a uma minoria que impede a maioria de exercer esse e outros direitos. E ficará por esclarecer que a propriedade de imóveis dá ao capital uma desmedida garantia que nenhum outro investimento assegura.

Explico porquê.

Em primeiro lugar a política fiscal existente leva não só o grande capital como o pequeno aforro a concentrar-se neste sector com o móbil da segurança do lucro. Aí se processa uma escalada cujo controle parece escapar (valeria a pena tentar

averiguar porquê) a qualquer fiscalização. Só uma nova orientação dos impostos, sobrecarregando a propriedade de imóveis, em benefício dos investimentos criadores de riqueza, permitiria uma canalização dos capitais para formas mais activas de compromisso social e económico.

Em segundo lugar, a quase total ausência de racionalização do sector da construção civil permite que o capitalista tenha sempre lucro mesmo que o "produto" seja de má qualidade. A falta de habitações provoca uma procura sempre superior à oferta tornando assim possível não só uma especulação financeira descarada e ultrajante como uma mentira técnica institucionalizada através das afirmações mais variadas, que vão desde a substituição dos materiais sólidos eficazes por sucedâneos de rápida e barata confecção e ajustamento até à criação de acabamentos de luxo de tal discrepância e mau gosto que seriam ridículos se não fossem tão trágicos na situação em que tantos homens, mulheres e crianças vivem...

Em terceiro lugar, não pode a habitação minuar até à dimensão que só torna praticamente possível a família de "marido, mulher e... são" (ou haverá realmente aí alguém que pense que de tão pobres que somos mais vale que sejamos poucos daqui por uns anos, e pratiquemos assim um malthusianismo bem planificado) nem tornar-se tão demedida que só possa albergar outros proprietários, cansados (coitados!) de viajar entre as várias

casas que possuem - no Douro e em S. Pedro de Moel, no Alentejo e no Estoril, na Beira e... na Torraltal!! É indispensável que a construção destinada a aluguer obedeça a patamares de máximos e mínimos que, sendo de ordem económica de forma evidente, são sobretudo de ordem social. Nem exíguas habitações a controlarem sem piedade a natalidade nem mansões desabitadas que apetece fazer figurar numa saga qualquer em que alguém tenha a coragem de dizer que "o vale (a casa) pertence a quem o souber fazer florir (habitar)".

Tudo isto são evidências contidas na afirmação do art. 35º da Constituição que reza assim:

"A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade, podendo a lei determinar as condições do seu emprego ou exploração conformes com a finalidade colectiva."

Para uma habitação planificada e personalizada

Alegarão alguns que travar a iniciativa privada no domínio da habitação não resolve o problema. De certo que não. Cabe aos poderes públicos analisar as fontes de financiamento e aumentar os fundos públicos a investir na habitação. Cabe-lhes iniciar medidas em que se exerça a cooperação e a solidariedade, fomentando formas associativas de resolução do problema habitacional,

concedendo subsídios de alojamento como medida transitória e sobretudo planificando as construções de modo a que, dentro dum esquema urbanístico integrado (i.e., que supõe o aluguer dentro do mesmo espaço geográfico a diversas camadas socio-económicas), seja possível estabelecer a relação, necessária em qualquer política social, entre o encargo com a habitação e o rendimento do agregado familiar. Também os poderes públicos poderão estimular as autarquias locais a assumirem uma maior responsabilidade nas soluções específicas de cada agregado populacional, chamando as famílias à participação nessa planificação. Já não estamos em tempo de benesses mas de direitos. Não estamos em tempo de inaugurações, com fitas e confetti, de "bairros para operários" mas num tempo em que operários e outros trabalhadores têm o direito de morar algures e de dizerem como vai ser a sua casa... Estou em crer que encontraríamos soluções mais simples, talvez mais ingénuas, mas seguramente mais verdadeiras com a índole das gentes e com a medida da terra que nos coube, do que os edifícios medonhos, cópias sem uma centelha de criatividade das casas em série das grandes cidades industrializadas. A intervenção do Estado não deveria, pois, tornar anónima e indiferenciada a habitação mas personalizá-la de modo a que cada um pudesse encontrar um lugar que fosse a extensão de si mesmo, lugar necessário para se conhecer a si e para acolher o mundo. Tem razão o António Alçada Baptista quando diz numa das crónicas publicadas no seu último livro:

"As pessoas ficam no vazio quando em vez de lhes darem a casa, a terra, as árvores, as coisas com as quais podem construir o seu destino, lhes atribuem, sob o signo dos diversos progressos, uma gaveta-dormitório no terceiro esquerdo do bairro económico, com vista para o cemitério do Alto de São João: a gaveta do cemitério que receberá a sua morte quieta prefigurada na gaveta onde repousa já a sua morte a andar." É isso mesmo: construir casas para gente viva e que deseja viver, ser, agir e transformar - tal é a meta a atingir nesta sociedade em que aceitamos a morte lenta dos homens sem abrigo. E aí estará então uma nova concepção de propriedade: o direito de todos possuírem o espaço que os torna capazes de se individualizarem e <sup>congregarem, de se concentrarem e de expandirem,</sup> se ~~expandirem~~, nesta dialéctica constante que é o homem a aceitar, a contestar, a rejeitar e a interiorizar a sociedade em que vive e a projectar nela, pelo sonho e pelo trabalho, pela convivência e pela colaboração, o homem autêntico e livre que desejaria ser.